

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.027

SERVIÇOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL OFERECIDOS AOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Beatriz Alves de Deus Bispo¹
Carolina Severino Lopes da Costa²

RESUMO

As escolas recebem cada vez mais estudantes com deficiência e propiciam a experiência de convívio com a diversidade. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva afirma a necessidade de atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que compõem o público da Educação Especial (PEE) preferencialmente nas escolas regulares. Dentro desse público estão os estudantes com deficiência visual, que apresentam baixa visão ou cegueira, podendo ser congênita ou adquirida. Como uma das formas de auxiliar esses estudantes, existem os serviços da educação especial que são oferecidos pela rede pública de ensino e defendidos por Lei, que oferecem condições de acesso aos conteúdos e currículo, como tornar acessíveis os materiais didáticos, ter espaços com acessibilidade arquitetônica, equipamentos, meios de comunicação e informação todas as atividades escolares, eliminar barreiras pedagógicas, atitudinais e também na comunicação, oferecer monitorias. Assim, o objetivo do presente traba-

1 Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, beatrizadb@estudante.ufscar.br;

2 Professora Adjunta do departamento de Psicologia da UFSCar. Doutora em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, carolinacost@ufscar.br.

foi analisar os serviços oferecidos aos estudantes com deficiência visual nas escolas públicas. O trabalho se trata de uma pesquisa descritiva, cujos dados foram coletados via entrevista semiestruturada e submetido a análise textual discursiva. Como resultados, os serviços citados foram o Atendimento Educacional Especializado (AEE), juntamente com o Professor de Educação Especial, o Professor de Ensino Colaborativo e profissionais de apoio e cada serviço é ofertado de acordo com a necessidade individual dos estudantes. Concluiu-se que existem diversos serviços voltados ao atendimento dos estudantes com Deficiência na rede pública de ensino, eles são oferecidos de acordo com a necessidade individual de cada um. Aqui foram citados os serviços utilizados especificamente pelos estudantes com baixa visão, com suas diferentes demandas, dificuldades e habilidades.

Palavras-chave: Educação Especial, Deficiência Visual, Serviços, Escola, Estudantes.

INTRODUÇÃO

As escolas recebem cada vez mais estudantes com deficiência e assim propiciam a experiência de convívio com a diversidade. Partindo de uma educação inclusiva, é a própria escola que precisa ser repensada como escola para todos, que deve se adaptar aos estudantes e não o contrário, sendo necessário se atentar às necessidades educacionais específicas do estudante com deficiência e não focar somente na socialização (Nunes et al., 2015; Nakamura e Souza, 2024).

Para isso a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) afirma essa necessidade de atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que compõem o público da Educação Especial, preferencialmente nas escolas regulares. E também a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) reitera o direito das pessoas com deficiência terem acesso a todos os níveis de ensino ao longo da vida, alcançando “[...] o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” (Brasil, 2015).

Assim, nas escolas, o objetivo é ensinar a todos, de forma personalizada e ao mesmo tempo eficaz e significativo, que trabalhe os mesmos conteúdos com toda a turma, atendendo às demandas específicas dos estudantes com deficiência. Para isso, tanto os docentes, quanto os estudantes precisam conhecer a rotina, o que será trabalhado, compreendendo a relevância daquilo (Correia, 2021; Correia; Cabanas, 2024).

Enfatizando, neste trabalho, o público com deficiência visual - DV, se faz referência aos estudantes que apresentam alguma perda da capacidade ou função visual, que afeta sua vida diária, podendo ser baixa visão - BV ou cegueira, congênita, ou seja, desde o nascimento, ou adquirida durante a vida e que não pode ser corrigida. As causas mais da deficiência visual incluem retinose pigmentar, degeneração da retina, diabetes, catarata, glaucoma e também pode ser causadas por acidentes. A BV é bastante

diversificada, tem diferentes graus e por isso não existe uma única forma de lidar com os indivíduos que a apresentam, principalmente pensando no contexto educacional, em que há diversas maneiras que a DV pode influenciar no ensino e aprendizagem dos estudantes (Correia; Cabanas, 2024).

Então, no caso dos estudantes com BV nas escolas, apresentar tal deficiência, nem sempre implica na necessidade de elaboração de um novo currículo adaptado, mas sim de pequenas adaptações que auxiliem e facilitem seu acesso ao mesmo conteúdo da turma. É relevante saber o histórico do estudante, o que ele já adquiriu de habilidades, quais estratégias são melhores para aquisição de conhecimento, como: qual o melhor local para se sentar na sala de aula, quais cores de caneta são mais fáceis de enxergar na lousa, qual o melhor tamanho de letra para impressão de atividades. O uso da tecnologia também é essencial para o aprendizado dos estudantes com BV, como o uso do celular, tablet, leitores de tela. O mesmo pode ser dito em relação aos serviços que podem ser oferecidos, frente às necessidades específicas de cada um e todas essas informações serão facilmente obtidas conversando com o próprio estudante (Bispo, 2025; Correia; Cabanas, 2024).

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (Brasil, 2008) são considerados serviços da educação especial àqueles que oferecem condições de acesso aos conteúdos e currículo, tornando acessíveis os materiais didáticos, espaços, com acessibilidade arquitetônica, equipamentos, meios de comunicação e informação todas as atividades escolares. Paulino (2023) também exemplifica alguns serviços, como espaços acessíveis no local de ensino, eliminar barreiras pedagógicas, atitudinais e também na comunicação, oferecer monitorias.

Com base na Política de Educação Especial de São Paulo (Brasil, 2021), a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP), enfatizando as escolas estaduais, oferece serviços para atender as necessidades dos alunos com deficiência, são eles: o professor especializado, um Professor Interlocutor de Libras, caso se trate de estudantes com defi-

ciência auditiva e cuidadores. Também é oferecido o serviço de transporte regular e transporte adaptado.

O professor especializado em Educação Especial, de acordo com a Resolução n. CNE/CEB 02/2001 (Brasil, 2001), que define as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, pode assumir as atividades de atendimento educacional especializado (AEE), apresentando formação em cursos de licenciatura em Educação Especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente associado à licenciatura para a educação infantil, ou ter complementação de estudos ou pós-graduação em áreas da educação especial, já possuindo uma licenciatura.

Esse professor especializado desenvolveu competências em sua formação inicial ou continuada para identificar necessidades educacionais especiais, definir e implementar estratégias de flexibilização e adaptação curricular, trabalhar em equipe, principalmente com o professor de classe comum com o objetivo de promover a inclusão dos estudantes com deficiência, como DV, autismo, deficiência física/motora ou altas

habilidades/superdotação. Diferentemente de professores considerados capacitados, que, ainda segundo a Resolução CNE/CEB 02/2001 (Brasil, 2001), podem atuar em classes comuns, com estudantes com deficiência, mas que apenas tiveram em sua formação superior, disciplinas sobre a educação especial. De acordo com Garcia (2013), apenas cursar disciplinas que tratem sobre a Educação Especial em sua formação inicial, não prepara o professor para atender o PAEE.

Sendo assim, o professor especializado, realiza a mediação pedagógica para atender às especificidades educacionais dos estudantes. Atua no AEE, que também é um serviço oferecido aos estudantes com deficiência, para complementar ou suplementar o processo educativo. Tal serviço é ofertado nas escolas, nas Salas de Recurso Multifuncionais, quando há na escola um número significativo de estudantes sendo atendidos, e também pode ser oferecido como modalidade itinerante, em que o professor de Educação Especial atua em diferentes escolas para acompanhar os estudantes, em espaços nem sempre definidos e específicos para

o desenvolvimento desse trabalho. O atendimento acontece no período contrário ao que o estudante frequenta as aulas (Brasil, 2021).

Além desses serviços, enfatizando a política mais recente, a Resolução SEDUC – 21, de 21 de junho de 2023, que dispõe sobre a Política da Educação Especial no Estado de SP (São Paulo, 2023), são ofertados também o Projeto Ensino Colaborativo no mesmo turno que o estudante frequenta as aulas, recursos Pedagógicos, de Acessibilidade e de Tecnologia Assistiva, Serviço de Profissional de Apoio Escolar – Atividades de Vida Diária – PAE/AVD e Serviço de Profissional de Apoio Escolar – Atividades Escolares – PAE/AE.

Sobre o Ensino Colaborativo, Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) apontam que é um modelo de serviço em ascensão que implica na modificação das escolas e impacta na formação dos professores envolvidos, em que é necessário qualificar o ensino em classe comum, visto que é onde o estudante passa a maior parte de seu tempo. Nesse modelo, também é possível articular os saberes do professor de Educação Especial com os saberes específicos dos demais professores, com suas diferentes disciplinas, trabalhando juntos em sala, com toda a turma, melhorando assim, o atendimento aos estudantes PAEE. Esse serviço tem a intenção de responder às demandas dos estudantes sem retirá-lo da sala de aula comum e permite que os professores planejem e ensinem em parceria.

Nesse contexto, pensando sobre o atendimento dos estudantes com deficiência, a Educação Especial é uma modalidade da educação que perpassa todos os níveis de ensino, desde infantil até o ensino superior. É pautada em diversos documentos, com destaque da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), cujo objetivo é assegurar a inclusão dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, que são o público-alvo da Educação Especial (PAEE) e garantir o acesso ao ensino regular, ofertando o AEE, a formação de professores para esse atendimento e formação para os demais professores de modo que favoreça a inclusão e se ofereça uma educação de qualidade.

Segundo as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica o AEE “tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 1) visando complementar e/ou suplementar o ensino oferecido na classe comum, buscando a autonomia do estudante. Seu caráter é suplementar quando destinado aos estudantes com altas habilidades/superdotação e complementar quando destinado aos demais estudantes PAEE, focado nas necessidades específicas individuais.

A oferta do AEE deve ser parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e ser organizado na sala de recursos, com espaço físico definido, presença de materiais e mobiliários necessários, com materiais e recursos pedagógicos, além de ter acessibilidade. O atendimento deve contar com profissionais como tradutor e intérprete de LIBRAS, quando se tratar de um estudante surdo, e outros que atuem no apoio, além do professor de Educação Especial, que precisa “ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada” (BRASIL, 2008, p. 4).

Partindo da existência desse professor especializado e da realização de um trabalho em equipe, com diálogo e colaboração com os professores de classe comum, é possível investigar e elaborar estratégias eficazes que facilitem o ensino e a aprendizagem dos estudantes com DV. De acordo com Triñanes e Arruda (2014) a cooperação entre o professor de classe comum e o professor de educação especial, favorece as ações referentes às atividades de vida autônoma dos estudantes com deficiência, possibilitando caminhos de transformação da realidade escolar, buscando a autonomia e o desenvolvimento integral do estudante com DV.

Partindo do pressuposto de que a educação gratuita e de qualidade é um direito de todos (Brasil, 1988), os estudantes, com e sem deficiência, que se encontram afastados da escola devido a um tratamento de saúde e/ou hospitalizados, podem receber o atendimento educacional hospi-

talar, cujo termo que define essa modalidade de atendimento é Classe Hospitalar, segundo o Ministério de Educação e Cultura (Brasil, 2002). Esse serviço deve estar vinculado aos sistemas de educação e também aos serviços de saúde, sendo responsabilidade das Secretarias de Educação contratar professores, auxiliar com recursos financeiros e os materiais pedagógicos necessários.

As Classes Hospitalares se referem ao atendimento pedagógico que ocorre nos espaços de atendimento à saúde, seja por um dia, uma semana ou em serviços de atenção integral e contempla os atendimentos individuais ou coletivos em uma sala. As práticas pedagógicas nesses espaços devem atender às necessidades e capacidades de cada criança, proporcionando um espaço humanizado e acolhedor para o estudante e sua família (Gonçalves; Barone, 2023; Peters, 2022).

Com todos os serviços disponíveis aqui citados, estratégias e recursos que podem ser utilizados para apoiar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, pensando na formação escolar, para o ensino dos estudantes com deficiência visual, é importante se atentar ao desenvolvimento, à estimulação e às possibilidades de experiências oferecidas e esse público nas escolas.

OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho foi analisar os serviços oferecidos aos estudantes com deficiência visual nas escolas públicas.

MÉTODO

O presente trabalho é parte de uma dissertação de Mestrado e se trata de uma pesquisa descritiva que contou com a participação de 21 professores de classe comum, que lecionam diferentes disciplinas, 3 professoras de Educação Especial e 3 estudantes com baixa visão, matriculados no 9º ano dos anos finais do ensino fundamental.

Em relação aos estudantes com BV, a pesquisa foi realizada com 1 estudante do sexo feminino, de 14 anos, diagnosticada com catarata e glaucoma, identificada na pesquisa como Estudante A. E com mais 2 estudantes do sexo masculino, com 15 e 16 anos, o primeiro sem laudo disponibilizado para a pesquisadora, constando apenas sua matrícula na SED (Secretaria Escolar Digital) como estudante com baixa visão, identificado aqui como Estudante H e o segundo diagnosticado com catarata e Síndrome de Lowe, identificado como Estudante B.

O estudante B foi diagnosticado precocemente com catarata e com os passar dos anos, conforme foi perdendo a visão, foi diagnosticado com Síndrome de Lowe, também conhecida como síndrome oculocerebrorrenal (OCRL), que, segundo Maia et al. (2010), se trata de doença rara associada ao cromossomo X, geralmente apresenta-se como catarata ou glaucoma, déficit cognitivo, Síndrome de Fanconi ou atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, e se caracteriza por alterações nos olhos, no sistema nervoso central ou nos rins. No caso do estudante, a única área afetada foi a da visão, segundo relatos da mãe para algumas professoras participantes desta pesquisa.

Os professores de classe comum foram identificados de P1 a P21 e serão caracterizados no Quadro 1, a seguir. As professores de Educação Especial, como PEESPD, que realiza atendimento educacional especializado com a estudante A, PEESPE e PEESPF, que atuam com o estudante B, sendo PEESPE, do AEE e a PEESPF, que atua diariamente na sala de aula com ele, como professora do Ensino Colaborativo.

Quadro 1 – Caracterização professores de classe comum

Nome	Sexo	Idade	Tempo de profissão	Disciplina	Trabalha com o estudante
P1	M	42 anos	9 anos	Matemática	A
P2	F	37 anos	4 anos	Intérprete de Libras	
P3	M	32 anos	3 anos	Tecnologia e Inovação	
P4	F	54 anos	33 anos	Arte	
P5	F	38 anos	6 anos	História	

Nome	Sexo	Idade	Tempo de profissão	Disciplina	Trabalha com o estudante
P6	F	28 anos	5 anos	Intérprete de Libras	A
P7	M	33 anos	5 anos	Geografia	
P8	F	53 anos	14 anos	Projeto de Vida	
P9	M	41 anos	12 anos	Matemática	B
P10	F	43 anos	20 anos	Português	
P11	F	52 anos	35 anos	Educação Física	
P12	F	55 anos	33 anos	História	
P13	M	45 anos	20 anos	Inglês	
P14	F	35 anos	10 anos	Geografia	H
P15	M	34 anos	7 anos	História	
P16	F	60 anos	23 anos	Inglês	
P17	F	39 anos	10 anos	Português	
P18	F	38 anos	18 anos	Matemática	
P19	F	51 anos	31 anos	Ciências	
P20	F	42 anos	15 anos	Arte	
P21	M	56 anos	20 anos	Tecnologia/Educação Física	

Fonte: autoria própria.

Os dados foram coletados via entrevista semiestruturada, transcritos e submetidos a análise textual discursiva a partir das falas dos participantes. Os resultados serão apresentados partindo do contexto de cada estudante com BV, envolvendo seus professores de classe comum e de Educação Especial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

ESTUDANTE A

Aqui serão apresentados os serviços oferecidos à estudante A de acordo com sua perspectiva, de seu professor de Educação Especial e seus professores de classe comum.

Cada serviço é oferecido de acordo com a necessidade e especificidade de cada estudante. No quadro 6 são apresentados os serviços voltados à estudante A.

Quadro 2 – Serviços oferecidos à estudante A, sob sua perspectiva, de sua professora de Educação Especial e dos professores de classe comum.

Nome	Serviços	Fala de destaque
Estudante A	Professora de Educação Especial	Eu tenho professora de Educação Especial, às vezes eu vou na salinha (perto da biblioteca) e às vezes ela acompanha na sala.
	AEE	É uma cadeira, uma mesinha pequena com uma cadeira dos dois lados. É um cantinho. Não tem nenhum material diferente e o computador é o que a dona leva e tem uma lousa que as vezes a gente usa.
PEESPD		Aqui a gente tem o Atendimento Educacional Especializado, não temos uma sala de recurso, não temos um ambiente apropriado
P1 a P7	Professora de Educação Especial e AEE	(P1) Fora a PEESPD e o AEE, eu não tenho conhecimento de outro acompanhamento não. (P4) ela tem a professora de Educação Especial e frequenta o AEE, do resto ela não precisa.

Fonte: Elaborado pela autora.

A estudante A citou dois serviços que são oferecidos a ela pela escola, que são, o professor de Educação Especial, que é um recurso humano e o AEE, que ele chamou de salinha, por se tratar de um espaço diferente da sala de aula e ao mesmo tempo, por não ser uma sala de recursos ou pelo menos um ambiente preparado para os atendimentos, pois, de acordo com o estudante, o espaço tem apenas uma mesa e duas cadeiras, sendo uma para ela e outra para a professora, organizado em um cantinho da escola, sem materiais diferentes ou jogos disponíveis.

A PEESPD explicou mais sobre o espaço do AEE na escola em questão, que o fato de não haver um espaço apropriado, corroborando com o relato da estudante A, dificulta seu trabalho. É relevante informar que, de acordo com Cruz, Piva e Santo (2021), para implementar uma sala de recursos multifuncionais na escola, é necessário haver a demanda de

estudantes com deficiência e a existência de um espaço físico adequado, o que não é o caso em questão.

Para isso, existe o Programa Implementação Salas de Recurso Multifuncionais (SRM), do Governo Federal (Brasil, 2023), que trata da destinação de recursos financeiros para montar e comprar equipamentos e itens para as salas de recursos multifuncionais e bilíngues, para que aconteça o atendimento educacional especializado em escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal. Nesse programa há uma série de etapas que os dirigentes das escolas devem seguir para aderir ao programa e esse serviço é disponibilizado todo ano, por dois meses, seguindo o calendário divulgado pelo MEC.

A fala da PEESPD implica que se trata da realidade de muitas outras escolas da rede estadual, em que o serviço do AEE é oferecido e não há preparo da escola para receber os alunos, pois, deu o exemplo de seu contexto:

Para ela (estudante A) ter acesso aqui, ao AEE, ela precisa subir escada e a escada não está sinalizada devidamente, primeiro ela desce uma escada que vem da sala, depois sobe aqui. E esses dias eu percebi que ela começou a esfregar o pé no chão pra ela sentir a escada, porque a escada não tá sinalizada. Então aqui, a escola não oferece muitas coisas para o aluno, infelizmente não tem o material adequado, não tem um ambiente que favoreça [...]. Então por causa disso acaba ficando precário os atendimentos, o que tem é o profissional, que no caso sou eu que sou a professora, mas ela não tem outra professora para auxiliar em sala, não tem talvez uma iluminação adequada em sala de aula, nem no AEE (Fala da PEESPD).

A respeito da realidade das salas de AEE de outras escolas, Lino, Lourenço e Gonçalves (2014) mostram que o espaço físico em que acontecem os atendimentos nem sempre se caracteriza como uma sala, é adequado, de fácil localização, com espaço livre suficiente ou até mesmo acessível, com rampas e barras, e como exemplo disso, o relato da PEESPD, de que os estudantes precisam subir uma escada sem sinalização para chegar até o local de atendimento. O mesmo pôde ser observado em Castro e Carva-

lho Filho (2024) ao relatarem sobre a falta de acessibilidade física em uma sala de recursos que fica no segundo andar de uma escola, também sem acesso por elevador, sem recursos, equipamentos de tecnologia assistiva, jogos computadores ou materiais adaptados.

Ao mesmo tempo, existem escolas muito bem equipadas e com espaços adequados para o AEE, como apresentam Vianna, Gomes e Garcia (2017), uma sala de AEE ampla, arejada, com computadores, jogos, brinquedos estantes e é usada exclusivamente para os atendimentos. A acessibilidade, não apenas no ambiente escolar, é um direito de todos e está fielmente atrelada ao conceito de inclusão. Sendo assim, a estrutura física das escolas, como um todo, mas principalmente das salas de AEE, é de suma importância, sendo fundamental, ainda, que ocorram mudanças e adaptações, já que não são os alunos que devem se adaptar ao ambiente, mas sim, o ambiente deve ser adaptado segundo suas necessidades (Castro et al. 2018).

De acordo com o quadro 6, os sete professores que trabalham com a estudante A e a própria estudante, conhecem apenas os serviços do AEE e a professora de Educação Especial, não relataram mais nada a respeito dos serviços disponíveis.

ESTUDANTE B

Nesta seção serão apresentados os serviços oferecidos para o estudante B a partir de sua perspectiva, de suas professoras de Educação Especial e de seus cinco professores de classe comum entrevistados.

Quadro 9 – Serviços oferecidos ao estudante B sob sua própria perspectiva, de suas professoras de Educação Especial e de classe comum.

Nome	Serviços	Fala de destaque
Estudante B, PEESPE, PEESPF, P9, P10 e P12.	Professora de Educação Especial	(P9) eu sei ele também um tipo de atendimento que é aqui na salinha do AEE, especializado pra ele. (P12) Eu vejo que ele vem a tarde, agora eu não sei realmente quem é que trabalha com ele. Sinceramente me falta conversar mais com essas pessoas, eu não sei se eu fico tranquila porque eu vejo que na minha aula ele vai bem, que eu não fico assim, me aprofundando em termos de “o que mais você faz?”
	Professora do Ensino Colaborativo	(P12) Eu sei da PEESPF em sala, que é esse apoio colaborativo.
	AEE - sala de recursos	(Estudante B) A sala não é tão grande assim, a porta é azul, a parede azul claro e tem as coisas para os alunos. Aí tem duas mesas, uma do meu lado e uma para outra janela. Eu venho sozinho no meu horário.
Estudante B e PEESPF	Profissional de apoio	Tem o V. também, que me ajuda, a gente conversa, ele é meu amigo.
P13	Ensino Colaborativo	A PEESF não está em todas as aulas, ela tem um tempo reduzido de participação nas aulas, mas sim, a gente conversa vez ou outra sobre ele, mas não tem muito tempo pra conversar não.

Fonte: elaborado pela autora.

Como pode ser visto no quadro acima, o estudante B tem total conhecimento dos profissionais que o acompanham, logo, dos serviços que lhe são oferecidos. Ele falou de sua professora do AEE, que ele vê a tarde, sobre a da professora do ensino colaborativo que o acompanha na sala diariamente e do V, que o estudante relatou ser seu amigo que o ajuda e conversa no intervalo. V é um cuidador da APAE que presta serviço nas escolas do município, ele fica no pátio com o objetivo de acompanhar os estudantes com deficiência nos momentos fora da sala de aula, como intervalo, idas ao banheiro (se necessário).

Dos cinco professores de classe comum entrevistados, todos têm conhecimento de pelo menos um dos serviços oferecidos, que é a PEESF, pois está diariamente com o estudante B em sala e conversa com os

professores. Apenas a P11 fez uma crítica aos professores de Educação Especial e não comentou o que sabia a respeito dos serviços oferecidos, mas é notável que ela sabe da presença de algum profissional em sala, pois reclamou que sua maior dificuldade é quando um professor de apoio está na sala de aula e não se apresenta a ela.

Sobre o AEE que acontece no contraturno com a PEESPE, três dos cinco professores de classe comum têm conhecimento sobre atendimento e a P12 comentou que falta contato, uma conversa com a professora. Mendes, Vilaronga e Zerbato (2018) comentam que, ao mesmo tempo que há o incentivo de uma parceria colaborativa, o trabalho do professor de Educação Especial, que realiza os atendimentos no AEE, deve ocorrer no período contrário ao que o estudante está matriculado e frequenta a sala de aula, com os demais professores. Isso dificulta ou até impossibilita a troca de informações, a comunicação entre os professores, o trabalho em equipe para adaptações ou elaboração de diferentes estratégias, como relatado por P12. Na situação, o Coensino ou Ensino Colaborativo não elimina a necessidade do atendimento no contraturno, são dois serviços distintos que complementam e auxiliam no ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, mas, ainda assim, é importante que os profissionais se comuniquem e troquem informações que ampliem seus conhecimentos sobre o estudante em questão e suas necessidades.

O P13 falou apenas sobre a professora de ensino colaborativo, a PEESPF, sem comentar sobre outro atendimento oferecido ao estudante B. Nesse sentido, a respeito da presença do profissional de apoio, V, apenas a PEESPF tem conhecimento de seu serviço nos intervalos e momentos extraclasse. A escola também oferece transporte para os estudantes, mas no caso do estudante B, não é necessário, pois a mãe do garoto o leva todos os dias.

ESTUDANTE H

Ao contrário dos outros dois estudantes participantes da pesquisa, o estudante H não é atendido ou acompanhado por nenhum professor de

Educação Especial. Ele relatou que não precisa de outro professor, além dos professores da sala, e que apenas seu amigo J (estudante com autismo que tem o atendimento educacional especializado) precisa.

Quadro 12 – Serviços oferecidos ao estudante H sob sua própria perspectiva e de seus professores classe comum.

Nome	Serviços	Fala de destaque
Estudante H, P14, P15, P16, P17, P18, P19, P20, P21.	Professor de Educação Especial	(Estudante H) Eu não tenho outro professor, acho que só o J. mesmo que tem. (P19) tem o professor de educação especial, mas ele não é atendido como os outros alunos aqui da escola. Ele não quis o atendimento.
P17, P18	AEE	Na nossa unidade escolar é oferecido a sala de recursos, do AEE.

Fonte: elaborado pela autora.

Na escola em questão, todos os professores de classe comum entrevistados sabem da presença da Professora de Educação Especial na escola, mas como a P19 relatou, o Estudante H negou seu atendimento, não vê como algo necessário. P17 e P18 também falaram da sala do AEE. É importante que a escola e os professores respeitem a vontade do estudante.

Sobre isso, a Educação Especial é uma modalidade da educação que deve ser oferecida na rede regular, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e dá ao estudante com deficiência o direito ao AEE, e como a própria lei diz, a escola deve oferecer, mas o estudante, ou mais especificamente a família, pode recusar tal atendimento, como no caso do Estudante H, cujo desejo foi respeitado pela escola e professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem diversos serviços voltados ao atendimento dos estudantes com Deficiência na rede pública de ensino, eles são oferecidos de acordo com a necessidade individual de cada um. Aqui foram citados os servi-

ços utilizados especificamente pelos estudantes com baixa visão, com suas diferentes demandas, dificuldades e habilidades. Foram eles o Atendimento Educacional Especializado – AEE, com o acompanhamento e trabalho do professor de Educação Especial, o professor do Ensino Colaborativo e outros profissionais de apoio.

É importante destacar a importância da escola e dos professores respeitarem a vontade dos estudantes. Os serviços são importantes, facilitam e auxiliam no dia a dia e devem sempre ser oferecidos, mas cabe ao estudante escolher entre utilizá-los ou não, se se não sentir necessidade.

REFERÊNCIAS

BISPO, B. A. D. **Estratégias, recursos e serviços para o ensino e aprendizagem de estudantes com baixa visão nos anos finais do ensino fundamental.**

2025. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/22000>.

BRASIL. Lei 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Ministério da Educação: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. Gestão Educacional – Educação Especializada. **Implementar Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).** Brasília, 2023. Disponível em < <https://www.gov.br/pt-br/servicos/implantar-salas-de-recursos-multifuncionais>>. Acesso em Jan. 2025.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar:** estratégias e orientações. Brasília: MEC; SEESP, 2002. 35 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica.** MEC/SEESP, 2008a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008b.

_____. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Política de Educação Especial do Estado de São Paulo**. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo – SP. 2021.

CASTRO, A. C. de; CARVALHO FILHO, C. G. de. Sala de recursos multifuncionais: documentos orientadores e a realidade de uma escola estadual do sul de Minas Gerais. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, [S. l.], v. 22, n. 6, p. e5250, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n6-131.

CASTRO et al. Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: acessibilidade e adaptações estruturais. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 31, n. 60, p. 93-106, 2018. DOI: 10.5902/1984686X13590.

CORREIA, M. O. A escola e os novos desafios da Educação Inclusiva: Contribuições da didática e da Neurociência. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 42, p. 275-81, 2021. Disponível em <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeinovacao/article/view/3416>>. Acesso em 19 mai. 2025.

CORREIA, M. O.; CABANAS, Ana. A deficiência visual e a escola: desenvolvendo aprendizagem no contexto escolar inclusivo. **Revista Científica Educ@ção**, [S. l.], v. 9, n. 14, 2024. DOI: 10.46616/rce.v9i14.118. Disponível em: <https://revista.periodicosrefoc.com.br/2/article/view/118>. Acesso em: 9 maio. 2025.

GARCIA, R. M. C.; Política de educação especial na perspectiva inclusiva e formação docente no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, p. 101-119, março de 2013.

GONÇALVES, A. G.; BARONE, B. V. Planejamento colaborativo na classe hospitalar: contribuições para as representações sociais do hospital sob a óptica das crianças hospitalizadas. **Revista brasileira de educação especial**, v. 29, p. E0053, 2023.

LINO, C.; LOURENÇO, G. F.; GONÇALVES, A. G. G. Caracterização do espaço físico para atendimento educacional especializado da rede do município de São Carlos. In: *anais do congresso brasileiro de educação especial*, 2014, São Carlos. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2014.

MAIA, M. L. DE A. et al. Síndrome de Lowe: relato de cinco casos. **Brazilian Journal of Nephrology**, v. 32, n. 2, p. 216-222, abr. 2010.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar. 2018.

NAKAMURA, B. M.; SOUZA, C. C. B. X. Experiências de familiares de crianças com deficiência no processo de inclusão escolar na rede pública regular de ensino: um estudo de caso. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. 2024. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO391937911>

NUNES, S. S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E. Educação Inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. **Psicologia: ciências e profissão**, v, 35, n. 4. P. 1106 - 1119. 2015.

PAULINO, V. C. **Estratégias, recursos e serviços educacionais para o universitário com deficiência visual**. São Carlos: EDESP – UFSCar, 45 p, 2023.

PETERS, I. Atendimento educacional hospitalar no viés de uma educação inclusiva. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 18, p. e0027, 2022. DOI: 10.5965/19843178182022e0027.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **Currículo em Ação**. Inova Educação – Eletivas, Caderno do Professor. Governo do Estado de São Paulo. 2023. Disponível em <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2023/02/Card%C3%A1pio-de-eletivas_1sem_2023.pdf> Acesso em fev. 2025.

TRIÑANES, M. T. R.; ARRUDA, S. M. C. P. Atividades de vida autônoma na escola de tempo integral: estudante com deficiência visual – perspectivas educacionais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 4, p. 581 - 590. Marília, 2014.

VIANNA, P. B M.; GOMES, J. T.; GARCIA, K. R. A. Educação inclusiva: espaço físico, prática pedagógica e perspectiva da gestão. **Revista Educação em Rede: Formação e Prática Docente**, vol. 6, n. 7, 2017.